



DA DISPENSA DO PARECER JURÍDICO PRÉVIO

Nos termos do artigo 99, do Decreto Municipal nº 48/2023, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2023 no âmbito do Poder Executivo do Município de Vertentes, o parecer jurídico prévio será dispensado nas hipóteses de dispensas realizadas com base nos incisos I e II, do artigo 75 e no § 2º, do artigo 95, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Assim sendo, bem como tratando-se a presente contratação pública de dispensa em razão do valor, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, resta dispensada a análise jurídica prévia inerente ao Processo de Contratação Direta nº 042/2025, que tem como objeto a execução de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria técnica na área de tecnologia da informação, com foco no planejamento estratégico, governança de TI, segurança da informação e suporte ao desenvolvimento e implantação de soluções tecnológicas, destinados a atender às necessidades da Secretaria de Ação Social de Vertentes-PE.

Vertentes, 25 de julho de 2025.

RENÉ FERREIRA CAVALCANTI
Agente de Contratação